**AUDIENCIA PUBLICA SOBRE OS CASOS DE LUIZ JOSÉ DA CUNHA,**

**HELBERT JOSÉ GOMES GOULART E HÉLCIO PEREIRA FORTES**

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**10/12/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**10/12/2013**

**A SRA. PRESIDENTE AMELINHA TELES – PT –** 105ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 10 de dezembro de 2013, às 9h45, no Auditório Teotônio Vilela para a oitiva de depoimentos sobre os casos de Luiz José da Cunha, Helbert José Gomes Goulart e Hélcio Pereira Fortes.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público.

Nós vamos para a formação da Mesa. Eu queria convidar então... Eu estou aqui... Amelinha Teles, no lugar do Adriano Diogo, que deve chegar em breve, Presidente da Comissão da Verdade.

Eu queria chamar para Mesa, então, a Suzana Lisbôa, que é da Comissão de Familiares, Mortos e Desaparecidos Políticos e que vai depor aqui nesta condição. Domingues Fernandes, que foi militante da ALN - Ação Libertadora Nacional - e que foi amigo do Luiz José da Cunha. Queria chamar também a Darcy Miyaki, que foi militante da Ação Libertadora Nacional.

Hoje nós estamos com três depoimentos aqui, que são de militantes da Ação Libertadora Nacional, e os três casos também foram militantes da Ação Libertadora Nacional.

Nós vamos começar então com o memorial. Obrigada a todos! Nós vamos começar com o memorial de Luiz José da Cunha, o “Crioulo”, conhecido como “Crioulo”, que vai ser lido pelo Koba.

**O SR. RICARDO KOBAYASHI –** Bom dia a todos e todas! Eu passo a leitura do memorial de Luiz José da Cunha.

"Luiz José da Cunha nasceu no dia 2 de setembro de 1943, no Recife – PE. Filho de José Joviano da Cunha e de Maria Madalena da Cunha. Morto em 13 de julho de 1973, era dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Iniciou a sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando ainda era estudante do Colégio Estadual Beberibe. Logo se destacou e se tornou membro do Comitê Secundarista do Partido, em Pernambuco, até 1963, quando foi estudar na Escola do Komsomol, Juventude Comunista da União Soviética. Lá realizou curso de Filosofia, Economia, Política e Ciência Social e além de História do Movimento Operário, gostava de ler e adquirir uma ampla cultura geral sobre História e Geografia Política. Retornou da antiga União Soviética após o golpe de Estado de 1964 e, impossibilitado de voltar para Recife, onde era procurado pelo DOPS, fixou residência no Rio de Janeiro. Ali se integrou à Seção Juvenil do Comitê Central do PCB e se tornou um dos principais formuladores das políticas específicas para os estudantes e a juventude em geral.

Como membro da Seção Juvenil, assistia e orientava o Comitê Secundarista da Guanabara, quando conheceu Iuri Xavier Pereira, assassinado em junho de 1972, de quem se tornou grande amigo, bem como de sua família, incluindo Alex Xavier Pereira, também assassinado pela ditadura, em 1972.

No final de 1967, desligou-se da Seção Juvenil e integrou a dissidência do PCB, liderada por Carlos Marighella, que depois formou a ALN. Nessa época, contraiu tuberculose e dela se curou após tratamento em São José dos Campos, São Paulo, numa clínica de amigos de Marighella.

Em fins de 1968, esteve em Cuba participando do treinamento de guerrilha. Voltou clandestinamente ao Brasil. Integrante do Comando Nacional da Organização, tornou-se o principal dirigente da ALN. Teve participação fundamental na elaboração do documento 'Política de Organização', que iniciou, em junho de 1972, um debate sobre os problemas e perspectivas da luta armada na ALN.

Desempenhou importante papel na formação de jovens militantes, pois além das suas qualificações como quadro político experimentado era determinado e ponderado, contribuindo para o trato com a vida na clandestinidade e a luta política.

Na ALN, 'Crioulo', como era conhecido, manteve a serenidade, mesmo quando vários companheiros foram mortos e se fechava o cerco da repressão política, sempre tentando fortalecer os laços com outras organizações de esquerda, certo de que a tarefa exigia unidade dos que tinham os mesmos ideais. Até a preparação do requerimento sobre o seu caso, apresentado na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a informação que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos dispunha era a de que Luiz fora fuzilado pela equipe do grupo especial do DOI-CODI de São Paulo, chefiada pelo agente conhecido como 'Capitão Nei' e pelo Tenente da PM Lott, na altura do número 2.200 da Avenida Santo Amaro, em São Paulo, em 13 de julho de 1973.

Revelações publicadas na revista 'Veja', de 20 de maio de 1972, indicam que Crioulo foi delatado aos órgãos de segurança pelo médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI de São Paulo de 'Jota', um ex-militante da ALN que atuou como 'cachorro', um agente infiltrado na organização. Ele teria delatado pelo menos 11 militantes que foram assassinados, entre eles todos os integrantes da direção da ALN a partir 1973. A versão oficial divulgada em 14 de julho 1973 pelo 'Jornal da Tarde' e reafirmada no documento do DOI-CODI de São Paulo, encontrado no arquivo do DOPS-SP afirma que 'Ao receber voz de prisão, o referido elemento reagiu violentamente, abrindo fogo contra os agentes do DOI, utilizando uma pistola automática que portava. Após intenso tiroteio, caiu ferido, vindo a falecer quando era transportado para o Pronto Socorro Santa Paula. Mesmo depois de ferido, o terrorista tentou apropriar-se de um carro que era ocupado por duas moças e, fazendo uso de sua arma, efetuou disparo, ferindo-as. O referido elemento portava documentos falsos com o nome de 'José Mendonça dos Santos', mas foi identificado como sendo de fato Luiz José da Cunha, Crioulo, do Comando Nacional da ALN'.

A requisição do exame necroscópico ao IML de São Paulo, em 13 de julho de 1973, apresenta a letra 'T' manuscrita, indicando como tratar-se de indivíduo considerado terrorista, forma utilizada pelos órgãos de segurança de São Paulo para identificar dissidentes políticos assassinados.

Foi enterrado no cemitério de Perus, em São Paulo, como indigente. Seus restos mortais que estavam sem o crânio foram exumados em 1991 e levados para a Unicamp para identificação. Em 2001, as ossadas da vala de Perus e algumas outras resgatadas de diferentes lugares, que se encontravam na Unicamp, foram transferidas para o IML de São Paulo, na tentativa de dar continuidade aos trabalhos de investigação e identificação dos restos mortais de militantes.

Além da ocultação do seu corpo, o atestado de óbito informava que a sua cor era branca. Inicialmente, a cargo da Unicamp, o exame das ossadas foi prejudicado porque o sangue de Maria Madalena, sua mãe, foi mal acondicionado e o fato só foi comunicado à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos após o seu falecimento.

Fortunato Badan Palhares, então chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, dizia informalmente que exames de DNA haviam sido feitos em Minas Gerais com resultado negativo, mas o laudo nunca foi apresentado.

Desde que as ossadas foram transferidas para o IML de São Paulo, em 2001, a Comissão de Familiares passou a solicitar que os legistas da instituição tentassem um novo exame de DNA. Somente cinco anos depois, por meio da intervenção do Ministério Público Federal de São Paulo, foi feito um exame de DNA do sangue que estava no frasco danificado para compará-lo com o sangue do irmão de Luiz José da Cunha, recolhido por Iara Xavier Pereira.

Em nome da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, comprovando ser o sangue compatível com o da mãe de Luiz. Finalmente em junho de 2006, o laboratório Genomic identificou que aquela era a ossada de Crioulo e a sua cor no atestado de óbito foi retificada para negra a pedido do Ministério Público Federal. A cerimonia do traslado de seus restos mortais começou em São Paulo em 01 de setembro de 2006 com um ato inter-religioso na Catedral da Sé quando Amparo Araújo, a viúva de Luiz, recebeu oficialmente a urna com os seus restos mortais. Foi sepultado em 2 de setembro no Cemitério Parque das Flores, no Recife, ao lado do túmulo de sua mãe. Após o velório, homenagens na sede do movimento 'Tortura Nunca Mais', Pernambuco.

Seus familiares e companheiros acreditaram na versão policial durante muitos anos até que, com o acesso aos arquivos do DOPS de São Paulo, e o encontro das fotos do seu corpo, se pôde constatar a morte sob tortura.

Além disso, o depoimento do ex-preso político Fernando Casadei Salles encaminhado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos em 15 de abril de 1996, ajudou a esclarecer o local em que ocorreu a morte de Luiz. 'Aos gritos de que o Crioulo já era, os policiais comemoravam o êxito da operação. O clima de histeria estabelecido só seria superado pela chegada da caravana, quando as comemorações atingiram a níveis indescritíveis. Imediatamente, um corpo aparentemente inerte foi retirado de uma das peruas e coberto com um cobertor. Foi estendido em frente à porta de entrada que dava acesso aos setores de Carceragem e Tortura daquele organismo policial. Não obstante, do meu ponto de observação não ter sido possível a visualização concreta do cadáver de Luiz José da Cunha, não tenho dúvidas em afirmar tratar-se do próprio por ter escutado várias vezes insistentemente referências ao seu nome.' O caso 308/96 na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos foi relatado oralmente por Suzana Keniger Lisbôa com base nas fotos obtidas no arquivo do DOPS de São Paulo, cujos negativos foram emprestados à relatora pelo Arquivo Público de São Paulo.

As 11 lesões evidentes no rosto, nenhuma provocada por tiro, não foram suficientes para aprovação de requerimento da família, encontrando resistência entre alguns membros da Comissão.

Decidiu-se, então, por enviar as fotos do arquivo do DOPS de São Paulo para realização de parecer do perito Celso Nenevê como também o laudo de Luiz assinados pelo legista Harry Shibata e Orlando J. B. Brandão.

A conclusão do perito provou a falsidade da versão oficial. As contradições entre as informações sobre o local exato da morte, o fato de Luiz José ter dado entrada no IML de São Paulo trajando apenas cueca de *nylon* vermelha e meias pretas e ter sido levado ao DOI-CODI de São Paulo e seu corpo ter permanecido no IML pouco mais de 12 horas, sendo enterrado como indigente, embora identificado pelo próprio DOI-CODI de São Paulo, foram os indícios apontados para a contestação da versão oficial.

O parecer do perito Celso Nenevê afirma: 'O quadro das lesões contusas que a vítima apresenta na face não coaduna com a termologia -tiroteio- alusão às circunstâncias em que se deu o fato que culminou com a morte de Luiz José da Cunha, uma vez que necessariamente indica uma proximidade do oponente quando de suas produções. Considerando ainda o número de lesões contusas, a sede de suas produções, a presença de reação vital e a similaridade de suas formas, infere o signatário consonância com o professor França que estas características são indícios contundentes de dominação cruel e/ou tortura, ou seja, lesões de formas identificas mesmo em regiões diferentes pode-se pensar em sevícia.' E apresenta: considerando as afirmações do laudo de exame cadavérico: '1. O encéfalo que nada apresentava de anormal. 2. Na cavidade torácica nada digno de menção especial foi consignado. Infere o perito que as circunstâncias em que se deram o tiroteio e o posterior traslado de Luiz José da Cunha para o Pronto Socorro Santa Paula quando faleceu são atípicas, já que não é de se esperar o óbito de forma rápida, uma vez que nenhuma lesão em órgão vital, como coração e cérebro, foi evidenciada, nem tão pouco danos a vasos calibrosos, sendo descrito apenas lesões para o estômago e para o intestino.' E conclui Celso Nenevê: 'Ferimento pérfuro-contuso transfixante no terço médio da coxa direita com fratura e desvio completo do fêmur, estado patológico que certamente o impossibilitaria a partir da formação dessa lesão de se deslocar em estado de fuga. Como mencionado, ele teria se deslocado do nº 2.200 até o nº 2.000 da avenida Santo Amaro. É absoluto lógico inferir que, uma vez ferida nesta condição, a citada vítima tivesse inclusive dificuldades de sequer se manter em pé.'

Com os dados novos do parecer, o caso foi reapresentado para votação após dois pedidos de vistas do General Oswaldo Pereira Gomes e de João Grandino Rodas, sendo aprovado em 10 de abril de 1997 por seis votos favoráveis e um voto contrário. O General Oswaldo Pereira Gomes votou contra a aprovação do caso argumentando que as marcas no corpo de Luiz eram provenientes de queda durante o tiroteio e não de tortura. Em sua homenagem o MTNM de Pernambuco produziu documentário 'Comandante Crioulo' por ocasião do traslado dos seus restos mortais para Recife em 2006."

**A SRA. PRESIDENTE AMELINHA TELES – PT –** Bom, nós vamos dar continuidade aqui no caso do Crioulo, o Luiz José da Cunha. Eu queria chamar o Adriano Diogo para a Mesa para presidir e em seguida eu passo a palavra para o Domingos Fernandes que foi militante e amigo do Crioulo.

**O SR. DOMINGOS FERNANDES –**  Bom dia a todos. Eu queria primeiro dizer que a última vez que eu vi o Crioulo foi no carnaval de 1972, em Roma. Na verdade, a gente tinha se visto antes em Havana, Cuba, e eu tinha terminado de fazer aqueles treinamentos que, no meu caso, adiantaram muito pouco, mas tinha tido problemas com os cubanos porque os cubanos tinham pouco interesse em fazer um pouco a direção das organizações da América Latina e algumas pessoas eram rebeldes a isso. Eu aproveitei a passagem do Crioulo em Cuba para garantir a minha saída de lá porque eu já não tinha mais o que fazer ali. Ele depois conseguiu junto à direção do G2 lá do Ministério do Interior de Cuba e a gente depois acabou se encontrando em Roma junto com a Carmem, vulgo Zilda Xavier Pereira, minha amiga, que ainda vive hoje em Brasília.

E estou contando isso pelo seguinte: o Crioulo, Davi como eu conheci em 1967 era uma pessoa meio conservada no formol. Ele sempre foi igual ao que era sempre. Eu o conheci de um jeito e depois quando o revi em Cuba de novo quando ele veio para dar ordens aos cubanos que o Cabo Anselmo não era militante coisa nenhuma, era realmente infiltrado e isso acabou não resultando em nada e ele era igual, quer dizer, era uma pessoa sensata, digamos assim, suave, mas decidido como disse ali na leitura daquilo. Quer dizer, não tenho dúvida de que ele reagiu quando foi preso e era uma pessoa assim: simples que não cultuava também essa coisa meio dos egóides que na política e, sobretudo também na esquerda, fazem da sua militância a sua glória.

Eu o conheci em 1967, quem me apresentou foi a Carmem. E na verdade ele me ajudou a eu me convencer de que devia entrar no Partido Comunista porque eu era da POLOP e havia já uma tendência de que, se não rachasse o Partido Comunista a luta armada seria uma coisa isolada na sociedade, que era a teoria do Marighella. E eu tinha resistência porque eu achava o Partido Comunista uma coisa idiota e inútil naquele momento do país. Estou falando dos anos 1960, sobretudo depois do golpe. E ele me deu alguns livros para ler e eu... Ele lia muito e eu acabei sendo convencido por ele de que eu devia entrar no Partido Comunista e entrei. Fizemos depois a luta interna e o setor juvenil do Partido Comunista Brasileiro, é bom que se diga, foi criado pela direção do partido porque o Partido Comunista tinha medo que a juventude não ficasse no partido e a aí criaram o setor juvenil e entregaram o setor juvenil a ele, que foi uma das pessoas que rachou o partido, uma das poucas pessoas no Rio de Janeiro que racharam no Partido Comunista e foram para a luta armada. O grande racha do Partido Comunista para luta armada se deu em São Paulo. No Rio de Janeiro não aconteceu isso não. Quase todo o partido ficou dentro das coisas normais que o partido fazia ou não fazia ou fingia que fazia.

Então, é assim: eu não vou ficar aqui falando de coisas gloriosas do Crioulo, do Davi como eu o conheci, mas queria acentuar que ele era uma pessoa absolutamente normal, alegre, como éramos todos na época e saímos... No Rio de Janeiro tinha um cinema que era um pouco visto como uma espécie de local de cinema de arte. O prédio e o espaço do cinema ainda estão lá, chamado Cinema Paissandu. E era comum a gente sempre se encontrar neste local para ver o filme, geralmente, nessa época, do Godard, essas coisas e depois tinha o *ininteligível* e outros bares em que a gente ficava tomando chope, junto com o Iuri, Alex. O Alex menos porque o Alex era muito moleque ainda.

Então, todas as vezes em que eu cruzava com ele, ele era absolutamente igual. Ele teve um problema sério de saúde, ele foi tratado aqui em São Paulo, em Campos do Jordão, ele teve tuberculose e a Carmem conseguiu através... Na época, era difícil o tratamento da tuberculose em Campos do Jordão, que era o local que tinha um tratamento considerado melhor. Eu o vi quando ele foi viajar para Campos do Jordão e o vi quando voltou.

Embora ele tivesse tuberculose, a gente não conseguia, quer dizer, eu até falei “Ô Iuri, esse cara está igual.” Não é que ele ficou mais magro... Enfim, essa característica era muito importante nele. Ele era uma pessoa muito normal que escondia as emoções, assim, públicas, de ficar alegre. Ria, sorria, mas não era... Muito estudioso, muito dedicado, quer dizer...

A grande discussão que ele fez comigo para entrar no Partido Comunista foi de que... E essa parte eu queria um pouco acentuar, que é assim: se formaram no Brasil muitas organizações de luta armada, muitas, mas a Ação Libertadora Nacional, pilotada pelo Marighella, era uma organização que não queria fazer socialismo coisa nenhuma. Então, era uma frente de pessoas que eram contra a ditadura e queria a libertação nacional do país. Não foi à toa que o Marighella usou a ALN, já anteriormente conhecida como aliança, e tal lá nas piscas eras. Então, no convencimento que ele me fez, que eu deveria entrar no partido era assim... Eu tinha o nome de “Barba” porque eu tinha barba, embora pareça branca, eu tenho preta lá atrás, o meu cabelo e a minha barba são arames farpados. Então, eu usava uma barba muito grande e ele disse: “Ô Barba, veja bem, essa ditadura não vai durar muito no país.” Não são palavras dele, por favor, eu estou falando o que eu penso que ele disse na época. E para que a gente a derrube é preciso que a gente faça uma frente política e essa frente é a Ação Libertadora Nacional. Claro, que nós vamos fazer ações, vamos fazer guerrilha rural, muita gente vai para o campo, etc., mas a Frente de Libertação, quer dizer, essa coisa de derrubar esse poder aí, militar, acompanhado dos civis, ela tem que se dar um grupo grande e esse grupo praticamente hoje, fora a Ação Popular, fora a AP, está todo no Partido Comunista. Então, se nós não tivermos capacidade de rachar isso, de cima a baixo, e fazer, com essas pessoas, um início de um processo que não seja “foquista”, que essa coisa na época era muito conhecida. Esse processo de foco, quer dizer, na guerrilha. Você estabelece um grupo e esse grupo se relaciona politicamente com a sociedade, e não organicamente. Para que seja um processo político, orgânico, a gente tem que estar dentro do Partido Comunista para poder sair e tal. Quer dizer, esse foi o argumento básico que ele usou para me convencer. Eu deveria entrar no partido... Enfim, eu era um moleque, eu era da Escola Técnica Nacional, que era uma escola importante e ainda existe hoje lá em frente ao Maracanã. Agora chama-se Escola Técnica Celso... Colocaram um nome de um cara que ajudou muito a ditadura e que agora tem o nome dessa escola. O Iuri era também dessa escola e a gente dominou a política dentro dessa escola e elegemos o presidente, na época era chamado Grêmio Estudantil. E dali saíram vários militantes para a ALN, vários.

Então, falar do Crioulo para mim é muito confortável, é uma pessoa, é um amigo, etc, etc, etc. Mas eu não chamaria de digamos "ídolo", mas era uma pessoa que não tinha esse lado... Por exemplo, o Marighella, vou fazer aqui uma coisa meio difícil de fazer, mas assim... Marighella quando chegava em um lugar era impossível não prestar atenção às coisas e às diretrizes que ele falava, que ele... Como baiano, sempre muito gesticulador, e era uma pessoa que chamava por si só atenção de tudo que tivesse em torno. O Crioulo fazia questão de ser uma pessoa normal, entendeu? Era um militante, como se não fosse. Então, eu achava aquilo e conversava com todos sobre isso de maneira assim positiva, quer dizer, porque na época o Maoísmo, já um pouco em decadência, na esquerda, não a China, mas o Maoísmo, porque o Mao Tse-Tung cultuava a personalidade. Ele trazia aquela ideia de que o homem faz a história, a história não é anônima. Então, o Crioulo tinha uma militância política que eu admirava muito, por ser uma pessoa discreta e não gostar dessa coisa egóide da sociedade moderna de hoje e isso me atraía muito. Ele era uma pessoa que simbolizava aquilo que eu queria fazer se me tornasse um militante *(emocionado).* É isso. (Palmas.)

(Pausa)

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Bom dia a todos e a todas. É difícil falar depois da emoção do Domingos, de uma pessoa que é muito querida para mim também, mas vamos tentar.

O Domingos estava falando da personalidade do Crioulo e eu acho que tem uma coisa que resume um pouco que era a timidez dele. Ele era um cara tímido. Essa reserva que ele tinha, tinha também um pouco a ver com a timidez. Eu o conheci quando voltei de Cuba, em 1971, depois de ter feito o treinamento militar.

Tenho a impressão de que ele só assumiu realmente a direção da Ação Libertadora Nacional após da morte do Iuri, em junho de 1972. Essa é uma sensação. Eu não sabia, por exemplo, quem era dirigente, quem não era. Nunca foi do meu interesse específico isso. Umas... Eu tive essa sensação da relação com ele.

Durante muito tempo o meu contato era só com ele, em um período em que eu e Luiz Eurico ficamos no Rio Grande do Sul. Era com ele que a gente tratava de todas as atividades que a gente pudesse ter. Eu viajei muitas vezes para encontrar com ele, apesar de ter relação com outras pessoas, mas o contato direto era só com ele.

Como eu era muito menina, eu tinha na época 20 anos, 22 anos e era muito despreparada do ponto de vista intelectual, eu queria fazer a guerra. Ele era a pessoa que perdia. Eu achava que ele perdia um tempo enorme comigo tentando me conscientizar da importância de eu ler, preparando para mim coisas de leitura que pudessem ser localizadas, encontradas. Ele queria me ensinar a falar russo porque ele achava que eu devia falar uma outra língua sem ser o português, que eu tinha uma cara meio de russa. Eu achava que ele perdia um tempo enorme comigo. Eu acho que isso tem a ver com a generosidade dele e com esse aspecto muito do que o Domingos falou de ele não querer ser “a pessoa”. Eu não sei dizer quando foi a última vez que eu encontrei com ele. Não consigo dizer assim... Que foi aquela vez... Quando ele morreu, eu estava no Rio de Janeiro, mas eu não sei quando foi a última vez que eu o vi.

Durante a vida toda, até integrar a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, eu imaginava que ele tivesse sido morto da forma como era dito pelos órgãos de segurança, que ele tinha tido um enfrentamento e que desse enfrentamento ele tinha acabado morto.

Quando nós começamos a preparar os processos para Comissão Especial, que eu acho que a gente nunca detalhou um pouco isso, a forma como a gente preparou os processos para mostrar que a ditadura mentia nas suas versões oficiais de suicídios, atropelamentos e tiroteios é... Nós buscamos exatamente tentar levantar o máximo de informações possíveis sobre a morte. Nós não ficamos numa discussão de que tudo que é a ditadura queria fazer era exterminar. Nós procuramos mostrar o que tinha de realidade nas circunstâncias da morte. Foi isso que nós fizemos, por exemplo, agregando informações ao caso que tinha sido preparado pela família, no caso do Carlos Marighella. A família não preparava, para dentro do processo na aprovação da Comissão Especial, esse aspecto das circunstâncias da morte que foi o que a gente fez e que era o que afinal nós deu a possibilidade de ter a aprovação de, enquanto eu fiz parte da Comissão Especial, em 132 casos nossos, nós provamos que a ditadura militar tinha mentido.

E em muitos deles a gente se surpreendeu. O que mais me surpreendeu foi o do Crioulo pelo aspecto pessoal que me causou e porque realmente a gente não tinha a mínima ideia de que ele tivesse sido torturado. Até hoje, não tenho a mínima ideia quando ele foi preso, como ele foi preso, em que circunstâncias ele foi morto. Eu vim ao Arquivo Público, era diretor do Arquivo o Fernando Casadei Salles. A gente deve a ele essa história porque por mais que a Comissão tivesse acesso aos arquivos, isso era muito dificultado. No Rio de Janeiro, por exemplo, eu não tive essa facilidade, mesmo como membro da Comissão, nos arquivos da ABIN, em hipótese alguma, apesar da lei dizer que deveria ser facilitado o acesso da Comissão às informações. O Fernando Casadei me emprestou os negativos da foto do Crioulo morto. Eu levei com a facilidade que ele nos causou na época e nós fizemos a ampliação das fotos e foi um horror. É possível ver, eu trouxe as fotos, imagino que o Domingos e a Darcy talvez não tenham visto e não façam a mínima questão de ver e não queiram ver, porque é muito duro de ver mesmo o estado do rosto dele.

Quando eu levei a primeira vez as fotos à Comissão Especial, o Miguel Reale Júnior olhando as fotos, disse, teve a mesma impressão que eu *tive*, “Vamos, podemos fazer a votação do caso”. E eu tive que fazer um relatório oral, que era mais difícil ainda, para mim, por ser uma pessoa tão querida, mas eu fiz um relatório oral do caso dele, mas tanto o General Gomes, que na época integrava a Comissão em nome das Forças Armadas, quanto o João Grandino Rodas, hoje reitor da USP, ele integrava a Comissão Especial, nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, não aceitaram... Eu resolvi retirar o caso de pauta e levar para o Celso Nenevê e esse processo, esse relato do Celso Nenevê, que ficou constando ali no memorial que é feito, é a coisa mais impressionante para mim, que eu poderia ter visto, porque o Crioulo foi torturado e a gente não sabe exatamente nem onde, nem quando, nem como.

O Fernando Casadei faz um depoimento, a meu pedido, que eu integrei no processo, dizendo que ele estava preso no DOI-CODI naquele dia e que ele viu uma movimentação muito grande no pátio e o que mais chamou a atenção dele é que estavam no pátio o Fleury e o Ustra. Como na época era corrente, dentre os presos, que havia uma total rivalidade dentre eles, aquilo chamou muito a atenção. Então, tinha dezenas de carros, dezenas não, uns cinco ou seis carros saíram dali de dentro, inclusive um da Telesp, nesse dia que ele viu quando chegou o corpo do Crioulo.

Então, essa movimentação durou... Em 1973, no dia em que o corpo do Crioulo chegou ao DOI-CODI, é isso que ele viu. Agora, de onde ele vinha realmente a gente não sabe. Mas que toda a busca era feita em cima, sob as ordens do Capitão Nei. Então, ele chamou muito atenção sobre isso que o Nei não era um simples operador. Ele era o cara que tinha a ordem de organizar todas as informações. Era ele que monitorava os cachorros, era ele que fazia toda essa investigação. E por isso que ele foi morto. Eu não sei se não seria possível, hoje, vivendo a Comissão da Verdade, que a gente fizesse um contato com o filho dele. Quem sabe, nessas alturas, ele não possa querer contar o que aconteceu com o pai dele porque quando nós o conhecemos, a Amelinha e eu, trabalhávamos na Prefeitura de São Paulo, na Comissão de Investigação da Vala de Perus, ele era funcionário da Prefeitura. E ele, com muito medo, certa vez, procurou a Amelinha achando que ele iria ser rechaçado por ela, como ele era rechaçado na universidade, nos lugares por onde ele passava. E ele dizia que o pai dele tinha sido morto. Só que ele não podia falar muito sobre isso. Não sei se hoje, vivendo esses outros ares, se ele voltaria a dizer. Mas acho que deveria ser chamado a prestar esclarecimentos sobre o caso do Crioulo, com o laudo do Celso Nenevê, o Harry Shibata e o Orlando Brandão, que são as pessoas, os médicos que assinam o laudo dele.

Eles têm que prestar, acho que eles têm a obrigação de prestar esclarecimentos sobre isso porque eles deixam de falar sobre as evidentes.... Há onze lesões no rosto dele e nenhuma delas é citada... Eu quero ver se é o Orlando Brandão mesmo... Se eu posso estar me esquecendo... (Pausa) A memória já não é a mesma. Harry Shibata e Orlando Brandão.

Então, eu acho que fica do, especialmente do depoimento do Fernando Casadei também fica comprovada a participação direta do Ustra no assassinato do Luiz José da Cunha. E, não sei se ainda tem muito tempo, mas é bom a gente ressaltar que em 1979, quando eu localizei o Luiz Eurico no cemitério de Perus, nós solicitamos à Maria Madalena, mãe de Luiz José da Cunha, que nos desse uma procuração para gente movimentar o corpo do Crioulo dali. Na época, isso acabou não sendo feito.

Quando houve a Comissão da Investigação da Vala de Perus, nós recolhemos o sangue da Dona Maria Madalena e ele ficou com o Fortunato Badan Palhares na Unicamp. Nós fizemos, no cemitério de Perus, a exumação do corpo dele. Ele não tinha crânio, o corpo, e estava na cabeceira da pista, e sobre o corpo dele tinham outros dois. Que eles vão desenterrando e enterrando na cabeceira da pista. O Badan Palhares levou esses corpos, ele misturou as ossadas dessas pessoas que estavam acima do Crioulo com as ossadas de Perus no geral, ele não acondicionou o sangue da Dona Maria Madalena e depois que ela morreu nós viemos a saber que o frasco tinha se rompido. Isso já quando já estava o Daniel Romero Muñoz na condução desses trabalhos.

Eu, particularmente, sempre me opus muito a participação do Dr. Daniel Romero Muñoz porque ele foi chamado pelo Shibata em 1979, 1980 para examinar o corpo do meu marido. Então, qualquer pessoa para mim que é da confiança do Shibata não é da minha... Eu reagi muito nessas épocas em que as ossadas de Perus estiveram sob a guarda dele. E na realidade ele pouco avançou nisso. É... Foi depois de muita cobrança, acho que uns cinco anos depois de a gente constantemente cobrando que eles fizessem alguma coisa em relação à possibilidade de ter o DNA da Dona Maria Madalena naquele sangue, foi só quando o Ministério Público, finalmente, fez uma petição exigindo que eles fizessem isso, eles acabaram conseguindo extrair o DNA daquele sangue para ver se realmente ele estava... Ele não tinha se deteriorado. A Iara Xavier Pereira retirou o sangue do irmão dele, foi feita a comparação e finalmente foi então identificado o corpo do Luiz José da Cunha.

Na época do enterro dele, como uma forma de tentar engrandecer a figura dele, eu inventei a história de chamá-lo de Comandante Crioulo, que foi uma coisa que ficou forte na época. Mas ele nunca teve e nem aceitaria, esse título de Comandante, nem o Marighella se dizia Comandante da ALN, mas o Crioulo foi sim um grande dirigente e foi muito importante, para mim, participar de toda a história e de toda a investigação das circunstâncias da morte dele.

Eu espero sinceramente que a gente consiga avançar para saber exatamente quem prendeu e quem matou. Essa é minha decisão de vida daqui pra frente com relação à história dele. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** As fotos? Estão ali, Quero. Porque eu estava preso, quando ele chegou, eles mostraram essas fotos. Deixa eu ver? Exatamente. Exatamente.

(Pausa)

Darcy, poderia fazer uso da palavra, por favor.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Eu conheci o Luiz José da Cunha quando eu estava fazendo treinamento em Cuba. Ele fazia parte do mesmo grupo e nós criamos um relacionamento, da minha parte, o que chamou muito atenção era formação política do Crioulo. Era uma formação política acima do normal. E hoje eu vou contar um fato que é muito pouco conhecido. Acho que são três pessoas que conhecem esse fato.

A formação política dele e a visão dele e o equilíbrio que ele tinha era tão grande que ele começou a causar certo receio. Eu explico: cada grupo que treinava tinha um encarregado e o encarregado do nosso grupo, infelizmente acontece, são fatos que ocorrem, passou a temer que o Gomes, que era o nome que ele usava, assumisse o comando. Ele jamais teve essa pretensão. Então, esse companheiro encarregado, na época eu estava, eu era companheira do Crioulo, esse encarregado do nosso grupo de treinamento chamou a mim e a Maria Amélia Araújo, uma outra companheira, médica, e ele disse... Aliás, antes ele falou o seguinte: "Darcy", Darcy não, era "Cristina, eu quero conversar com você e a Rosa", que era a Maria Amélia. Eu falei: Rosa, deve ser alguma coisa sobre o Crioulo. Ela falou, "eu acho que não." Os outros companheiros tinham saído, foram passear, tal, e nós fizemos uma reunião, esse companheiro, encarregado do nosso grupo, Maria Amélia e eu.

Então, o que é que ele queria? Ele queria que Maria Amélia fizesse um atestado médico dizendo que o Crioulo não tinha condições de fazer o treinamento da guerrilha rural. Isso porque era um temor da parte desse companheiro que, na época era encarregado do nosso grupo, de que o Crioulo se tornasse um comandante dada a ascendência política, dado ao equilíbrio que ele tinha.

Nós fazíamos muitas discussões no nosso grupo e ele sempre se mostrou uma pessoa superequilibrada. Então, é um fato. É a primeira vez que eu estou falando sobre essa tentativa que houve já naquele tempo. Isso ocorreu em 1969. Já neste tempo ele se destacava enquanto um quadro político-militar. Eu não estava preparada para falar sobre o Crioulo. Após o nosso treinamento, o Crioulo regressa antes ao país, nós já éramos companheiros, e era muito difícil a nossa vida, a nossa vida marital, porque ele tinha que percorrer vários estados. Eu tinha as minhas tarefas. Foi um período de quatro anos, mas foi toda uma vida. Agora, a vida na clandestinidade é alguma coisa assim muito intensa. Você não sabe se dali a cinco minutos você vai estar viva ou morta. Você não sabe quando você se despede do companheiro, você não sabe se você vai vê-lo novamente. Então, é uma vida assim extremamente intensa.

Agora, eu quero me fixar mais sobre a data da morte do Crioulo. Foi 13 de julho que por acaso é meu aniversário. Eu nasci no dia 13 de julho e eu estava na Auditoria Militar. Já tinha sido presa e nesse dia estava na Auditoria Militar. Estava aguardando a audiência. Deveria ser quinze para uma, uma hora e chegou uma equipe do DOI-CODI. Um deles vira para mim e diz o seguinte: "pegamos o filho da puta do seu amante". Eu já estava tensa pela audiência e foi de uma brutalidade a forma como isso foi dito que eu chorei, eu não consegui conter minhas lágrimas.

Um dos companheiros que estavam lá, aguardando a audiência, me disse: "Não, Darcy, não chore! É isso que eles querem de você." Dentro do possível, eu engoli as lágrimas, mas elas escorriam. É difícil! São sentimentos assim que você não quer demonstrar, mas você acaba demonstrando.

Agora, há coisa de uns cinco ou seis anos, Suzana, eu tive o privilégio de ler o relatório que você fez sobre o Crioulo e vou lhe dizer uma coisa: em primeiro lugar, eu fiquei extremamente agradecida a você, eu fiquei extremamente agradecida porque aquele relatório não era um relatório jurídico, uma coisa fria, não. Tinha toda fundamentação jurídica, sim. Tinha toda uma análise dos fatos do IML, tinha tudo isso, mas Suzana, acima de tudo, tinha sentimento, tinha emoção de uma companheira. Gente, foi o melhor requerimento. Não é requerimento. Como se chama? Relatório. E eu já li muitos relatórios. Foi um relatório que me comoveu assim profundamente. E junto com esse relatório, infelizmente, eu vi as fotos do Crioulo assassinado.

Gente, são fotos terríveis! Inclusive, têm lugares do corpo dele que têm manchas circulares. Então, no laudo lá, não sei quem que falou, que deve ter sido da queda. Uma queda não causa várias manchas circulares. Aquilo lá, eu que passei semanas por torturas, aquilo lá é marca de choque elétrico, com toda a certeza. E a ilusão que eu tive no dia 13 de julho, em que eu estava na Auditoria, eu tive a ilusão de que ele tivesse morrido, de que ele realmente tivesse morrido lá no tiroteio. Infelizmente, quando eu vejo o relatório da Suzana, eu vi o quanto ele foi torturado. Isso dói. Você procura não lembrar. Eventualmente, vem a sua cabeça. Eventualmente, não, muitas e muitas vezes vêm a sua cabeça e nesses momentos eu penso nos familiares. O Crioulo, o corpo, a ossada dele foi recuperada, embora sem o crânio. Eu... A foto desse crânio, gente, para mim é fundamental. Pela cabeça que ele tinha, por aquela formação política.

Eu não sei o que eu ia falar... Eu me perdi um pouquinho... Sim, o Crioulo pelo menos foi enterrado, foi velado pelos companheiros, mas eu fico pensando nos familiares dos desaparecidos. Se eu que sei onde está enterrado o Crioulo, eu tenho sentimento em imaginar onde estão os nossos companheiros. Os outros que são considerados, são desaparecidos. Eu fico pensando comigo o que é que os familiares, os pais, os irmãos sentem sem saber o que aconteceu com eles. Porque você sendo mãe, você sendo irmã, lá no fundo da gente... A gente sabe que foi assassinado, mas lá no fundo de você mesma você tem um pouco de esperança. Quem sabe, alguém sabe que não existe, mas esses familiares não puderam velar o corpo desses companheiros. Eles não sabem o destino deles.

Então, nesse momento em que eu falo do Luiz José da Cunha eu presto uma homenagem e peço a vocês da Comissão Estadual e peço também à Comissão Nacional da Verdade que façam o máximo por esses nossos companheiros, que tentem localizá-los, que façam os exames de DNA. Gente, é o mínimo que nós poderíamos fazer por esses nossos companheiros e pelos familiares deles. É isso.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Eu não sei se ficou claro, mas é importante que conste, nós desenterramos o Crioulo em 1991 e ele só foi identificado em 2006. Durante todos esses anos nós ficamos cobrando, cobrando, cobrando e cobrando assim como até hoje a gente cobra da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que não fazem o DNA das ossadas que estão sob a sua guarda. Quando ele foi enterrado, a Dona Maria Madalena já não era mais viva. Então, isso é um registro que tem que ficar.

**A SRA. AMELINHA TELES –** Acho importante isso que a Suzana está colocando que o Crioulo só foi identificado em 2006 por interferência do Ministério Público Federal. Inclusive, a Dra. Eugênia Gonzaga, ela tem que ser lembrada aqui porque foi ela quem pediu, exigiu que a Secretaria de Direitos Humanos financiasse, de um laboratório particular, que era o Genomic, para que fizesse o DNA daquelas ossadas, uma vez que aquelas ossadas estavam bastante fragmentadas. Então, para ver se... Ele foi identificado por DNA e isso é importante registrar, esse papel do Ministério Público Federal naquele momento, em 2006, em que nós pudemos dar ao Crioulo. Acho que o Crioulo teve um sepultamento extremamente digno, à altura da importância de que ele teve em vida. E quem dera se todos os demais tivessem essa oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos passar para os outros casos? Então, você tem toda a razão. A Suzana está me falando aqui que as cadeias de comando... Você queria falar sobre isso? Estou fazendo uma pergunta porque agora nós vamos pretender encerrar o capítulo das vítimas, dos 164 casos, e partir exatamente para as cadeias de comando. Então, até seria muito importante se você viesse para São Paulo. Ontem à noite eu estive com a Dra. Rosa Cardoso e ela falou que vem aqui agora lhe encontrar porque é o seguinte, nós estamos pensando hoje, a partir de dezembro, ou logo no início do ano... Lógico que ainda têm alguns casos para serem feitos das vítimas, dos 164 casos nossos, mas nós queremos começar com a cadeia de comando.

Então, nós achamos assim meio bravateiro esse negócio da Comissão Nacional ficar chamando gente para depor lá para fazer como aquele general do Araguaia que foi lá e desmoralizou todo mundo, sem caracterizar a relação das vítimas com o casos. Lógico que nós queremos fazer o general francês, aquele general francês que participou da Argélia, lá da Indochina, e que abriu uma escola de tortura na Amazônia, o adido militar da Embaixada, queríamos vai tentar fazer esse ano e a partir daí começar todas as cadeias de comando.

Então, a sua vinda para São Paulo, se possível ou eventual, mas se fosse uma coisa permanente seria muito importante para a gente, ao longo desse ano de 2014, só trabalhar comando... Abrir com o “bagulhão”, dar uma traduzida do que foi o “bagulhão”.

O livro de entrada do DOPS foi apresentado daquela forma como novidade, mas eu acho que ele não foi devidamente estudado, esmiuçado e aí partir para a cadeia de comando, pegar cada... Assim como nós fizemos com cada vítima, pegar cada agente da repressão, cada agente do Estado e esmiuçar. Fazer assim, por exemplo, pegar a OBAN, quantas pessoas morreram neste período, quantas pessoas passaram lá e foram torturadas, quem era o comandante, quem eram as equipes, quantos médicos legistas participaram, quantos atestados de óbitos falsos, enfim, fazer esse trabalho. Entendeu?

Então, o ano de 2014 seria dedicado a isso, à repressão. Então, as cadeias que a gente usar, o nome de cadeias de comando. E até pegar tudo o que está fora da anistia, atentado ao Riocentro, essas coisas que der para relacionar com São Paulo. Porque parece que o Ustra participou do Riocentro, enfim, esse seria o nosso trabalho para o ano que vem. Vamos tentar combinar com a Nacional, pedimos para a Nacional que a Criméia pudesse ser incorporada, que você pudesse ser incorporada e outras pessoas para processar todo o material das vítimas, relacionando com a repressão.

Então, esse é o nosso método, essas aqui, praticamente, são as últimas, nós vamos fazer mais duas, não é, Amelinha? Hélcio Pereira Fortes ... Então... A Dra. Rosa Cardoso conhece uma jornalista, da Carta Capital, que entrevistou o general francês, vivo, na França. Bom, enfim... O cara é importante aí... Aquele general francês. Mas, enfim... E tudo o que a gente puder ter de contribuição, estão precisando porque é muita pouca gente para tanto trabalho. Então, vamos passar para o segundo. Quem vai fazer a leitura? Thaís Barreto. Hoje? Vamos fazer. A Suzana mostrou as fotos do Hélcio, Amelinha. Agora, vamos falar depois. Ah, do Helbert? Está bom. Não posso. Não, conosco, conosco. Thaís, Hélcio Pereira, por favor.

**A SRA. THAÍS BARRETO –** Bom dia a todos. Meu nome é Thaís Barreto, assessora técnica da Comissão da Verdade. Vou ler aqui um breve resumo sobre a história de Hélcio Pereira Fortes.

"Hélcio foi morto em 28 de janeiro de 1972. Ele nasceu em 24 de janeiro de 1948, em Ouro Preto, Minas Gerais, e é filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes.

Ele era dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Hélcio foi dirigente da ALN e gostava de literatura, cinema e teatro. Participava intensamente das atividades culturais de sua cidade. Escreveu em jornais, promoveu jograis, criou e difundiu peças teatrais. Era colaborador assíduo do 'Jornal de Ouro Preto' e da 'Voz GLTA' (Grêmio Literário Tristão de Athayde), criado em 1938.

Atuou na União Colegial Ouro-Pretense e na Escola Técnica Federal. Ingressou na escola de metalurgia, mas não chegou a concluir o curso.

Em 1963, passou a militar no PCB. Logo após o golpe de abril de 1964, passou a viver na clandestinidade, inicialmente, em Belo Horizonte e em seguida em Contagem-Minas Gerais, onde integrou o Comitê Municipal do PCB.

Tornou-se um dos dirigentes da corrente de Minas Gerais e atuou junto aos metalúrgicos, assessorando as comissões de fábrica da Belgo-Mineira, da Mannesmann, da Mafersa e da RCA.

Desempenhou papel importante nas greves dos metalúrgicos de 1968.

Em 9 de abril de 1969, chegou a ser ferido em um confronto com policiais, mas conseguiu escapar. A partir desse episódio, em que foram presos alguns militantes da corrente, passou a viver no Rio de Janeiro, já como militante da ALN.

Hélcio, mesmo na clandestinidade, não deixou se comunicar com a família. Escrevia cartas em que expressava a sua saudade e as suas razões que o levaram optar pela luta armada.

A última vez que se comunicou com a família foi por meio de um telegrama no natal de 1971.

Preso em 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, e transferido para o DOI-CODI de São Paulo, foi morto sob torturas no dia 28.

A versão oficial distribuída à imprensa, que consta na requisição do exame do IML de São Paulo informava que: 'Após travar violento tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e em consequência veio a falecer.' O jornal 'O Estado de Minas', de 1 de fevereiro de 1972, descreveu a versão policial sobre a sua morte: 'Hélcio Pereira Fortes morreu, sexta-feira, em São Paulo, na avenida dos Bandeirantes, ao tentar fugir aproveitando-se de tiroteio entre agentes de segurança e outro terrorista com o qual Hélcio tinha um encontro marcado. No sábado anterior, 23 de janeiro, Hélcio Pereira Fortes conseguiu escapar da perseguição policial na Guanabara, quando tentou manter contato com um terrorista na Tijuca. Fugindo para São Paulo, foi preso dia 26 na Estação Ferroviária por agentes de segurança da Guanabara e de São Paulo, que acompanhavam os seus passos desde o Rio.'

Os legistas Isaac Abramovitc e Lenilso Tabosa Pessoa definiram como a causa da morte 'anemia aguda traumática'. Nos arquivos do DOPS de São Paulo foram localizados depoimentos prestados por Hélcio, comprovando a sua prisão.

No documento elaborado pelo Comitê Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, em fevereiro de 1973, com o título: “Aos bispos do Brasil”, encontramos: 'Preso, não se sabeno Rio ou em São Paulo, entre 22 e 26 de janeiro de 1972, Hélcio esteve enclausurado no DOI de São Paulo sendo que inúmeros presos políticos atestam a sua presença naquele destacamento. Submetido a dolorosas torturas, pelas equipes policiais, Hélcio veio a sucumbir no dia 28 de janeiro. No dia 1º de fevereiro, os órgãos de segurança de repressão, através dos jornais, publicaram uma nota oficial onde informavam que Hélcio havia sido morto em tiroteio numa tentativa de fuga. Era por demais óbvio que ele não podia sequer caminhar, em decorrência das torturas. Seu corpo foi visto ao ser retirado do DOI.'

Em documento encontrado no antigo DOPS do Paraná, lê-se*:*'Encaminhamento 087/72/CO/DR/PR - origem CIE/ADF - morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão. Conforme recorte do 'O Globo' e 'Folha de São Paulo', de 4 de janeiro de 1972, consta que o fichado foi reconhecido pelos órgãos de segurança.

Comparando os relatórios dos ministérios militares, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, constam-se as contradições entre as versões sobre sua fuga. No relatório da Aeronáutica, lê-se: 'Faleceu no dia 28 de janeiro de 1972 ao dar entrada no hospital das Clínicas em São Paulo, após travar tiroteio com agentes de segurança que o perseguiam'*.* No relatório da Marinha, assim está registrado: 'Morto no dia 28 de janeiro de 1972 em tiroteio com agentes de segurança ao tentar fugir em um fusca após estabelecer contato com um companheiro'.

A família tomou conhecimento de sua morte no mesmo dia, pela televisão, e imediatamente se dirigiu para São Paulo, mas o corpo já havia sido enterrado no Cemitério Dom Bosco, de Perus, em São Paulo. Em 1975, seus restos mortais foram trasladados para Ouro Preto, Minas Gerais, onde foi enterrado na Igreja São José.

A requisição de necropsia, encontrada no IML de São Paulo, tem a marca 'T' em vermelho, de terrorista, conforme tratamento dispensado aos perseguidos políticos.

O legista Antenor Chicarino analisou o laudo, a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, para instruir os processos éticos contra os médicos legistas que assinaram laudos falsos no Cremesp. Suas observações ressaltaram que o laudo não descreve as características das lesões por projéteis, não faz referência à distância, apenas as definindo como entrada e saída, e antecipa, no exame externo, as trajetórias dos projéteis, não o fazendo no exame interno. As lesões descritas não foram imediatamente mortais e os projéteis não foram retirados e encaminhados para inquérito, mesmo estando localizados em tecidos de fácil acesso.

O médico legista Dolmevil acrescentou também à instrução dos processos éticos no Cremesp que o primeiro projétil descreveu trajetória da esquerda para direita, de cima para baixo, e ligeiramente de frente para trás, indicando que foi disparado em média ou curta distância, ato típico de execução.

O relator do caso na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Nilmário Miranda, afirmou que a prisão e morte de Hélcio Pereira Fortes ficaram demonstradas por vários depoimentos e documentos, entre eles o encaminhamento 087/72 do Paraná, encontrado no arquivo do antigo DOPS do Paraná, onde se lê que 'Para conhecimento desse órgão, este Centro encaminha cópia do expediente de referência, versando sobre depoimento de Hélcio Pereira Fortes, morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão'.

Nilmário Miranda citou também o depoimento de Darcy Toshiko Miyaki, presa por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1972. Darcy perdeu a noção do tempo, pois foi submetida a intensas torturas, mas calcula que no dia 27 recebeu roupas e, encapuzada, soube que seria removida. Num corredor, pela costura esgarçada do capuz, viu Hélcio encostado na parede. Foram transportados na mesma viatura, Hélcio no “chiqueirinho”; e ela, entre o motorista e um agente, e conduzidos ao DOI de São Paulo. Ali, foi colocada em uma cela isolada, no segundo andar, onde ficou por vários dias sendo torturada e ouvindo os gritos de Hélcio durante a tortura.

Sem saber precisar o dia, mas, após nova sessão de tortura, não mais foi conduzida à cela onde estava, mas a uma outra, com porta de ferro, sem luz e sem ventilação, e, antes de ser colocada nessa solitária, ouviu do carcereiro que desse local havia saído um 'presunto fresquinho'*.*

Darcy convenceu-se de que o corpo retirado da solitária era o de Hélcio Pereira Fortes, porque, a partir de então, não mais ouviu os seus gritos.

 O relator destacou que a versão oficial ora se referia a um tiroteio na avenida Bandeirantes, onde Hélcio teria um encontro com outro militante (dando a entender que não se encontrava preso), ora falava de uma suposta fuga da prisão, quando Hélcio teria sido baleado. Em função das contradições e dos depoimentos colhidos, o relator pediu o deferimento, concluindo que ficou demonstrada a farsa de morte em consequência de tiroteio, sendo o caso 70/96 deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa, e a cidade do Rio de Janeiro fez o mesmo no bairro Paciência".

Essas informações foram extraídas do “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos políticos no Brasil", do IEVE.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Eu tenho uma biografia extensa...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Suzana, Suzana Lisbôa vai começar.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Eu tenho uma biografia política do Hélcio preparada pela Alice, mãe dele, mas eu não vou ler, mas eu vou deixar para vocês para incluir no relatório final. Mas eu queria ler o requerimento feito pela Alice quando ela fez para a Comissão Especial. Alice é uma daquelas mães que eu sempre procuro citar das que foram presentes na nossa luta, o tempo inteiro. Ela já é falecida, mas eu me encontrei com ela muitas vezes nesses anos pós-anistia.

O requerimento dela foi apresentado em 9 de outubro de 1995. Ela morava em Ouro Preto.

“Senhores membros da Comissão dos Familiares de Mortos e Desparecidos, vou contar tudo o que eu consigo lembrar a partir do momento em que eu e minha família estávamos assistindo a um jornal de televisão, no dia 30 de janeiro de 1972, e tomamos conhecimento da dolorosa notícia da morte de meu filho Hélcio. A notícia era de que ele havia morrido num tiroteio com a polícia e que seu corpo estava na Medicina Legal. Meu marido, José Ovídio Fortes, falecido no ano passado, telefonou para um amigo de São Paulo, o advogado José da Costa Carvalho, para que ele fosse tomando todas as providências cabíveis, enquanto seguíamos nessa mesma noite para lá. Imaginem o que sentimos quando chegamos à casa deste amigo e ele nos disse que nada poderia ser feito, pois o nosso filho tinha sido preso e morto há dias sem notícias de onde poderia estar enterrado o corpo.

Dispensamos a funerária que trouxemos de Ouro Preto e decidimos ficar o tempo necessário para levantar os fatos e localizar a sepultura de nosso filho. Eu e meu marido fomos ao 2º Exército, onde fomos tratados sem nenhuma consideração, assim como também no DOPS. Lá ficamos sabendo que a notícia veiculada na imprensa não correspondia à verdade dos fatos, pois ordens superiores determinavam que a notícia de morte era a mesma para todos os mortos políticos.

Com muita insistência, conseguimos ver no DOPS uma foto de nosso filho morto. Foto apenas de rosto. Conseguimos também informação de que ele estava enterrado em Perus, para onde fomos e localizamos a sepultura. Estivemos também na Medicina Legal. Lá vimos algumas fotos de prisioneiros políticos mortos em tiroteios, de costas e da cintura para cima, toda marcadas com ‘T’ em tinta vermelha. Achamos estranho que, no caso do nosso filho, havia a marca ‘T’, mas sem foto nenhuma. Lá levantamos o nome do médico legista. Foi dificílimo falar como ele, pois se recusava a nos receber. Através de um plano pensado pelo meu marido, nos apresentamos no consultório dele como velhos amigos do interior e desta forma tivemos acesso a sua sala. Constrangido, sob muita pressão, ele confirmou o óbito e deu a entender que havia tortura. Em meio a tanto sofrimento e tensão, muita coisa se passou e não lembro de todos os detalhes. Em 1975, de forma discreta e sigilosa, conforme nos foi exigido pelo governo, conseguimos transferir os restos mortais de nosso filho para Ouro Preto, onde está enterrado na Igreja de São José.

Se o meu marido estivesse vivo hoje, poderia dar mais detalhes e nomes, pois fez muitos contatos e teve todo o empenho de desvendar os fatos.

Colocando-me à disposição para outros esclarecimentos e desejando que os trabalhos dessa Comissão alcancem os objetivos.

Atenciosamente, Alice Pereira Fortes.”

Olha, o caso... Quando nos fizemos processos para Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, os casos em que – como do Hélcio – havia documentos oficiais com a informação da prisão, a gente não se deteve em aprofundar a investigação porque a Comissão aprovava os casos daqueles que tinham sido mortos em dependências policias ou assemelhadas. A gente estendeu essa interpretação para todos aqueles em que havia a confirmação da prisão.

Então, nós temos, por exemplo, apenas o negativo da foto do Hélcio e não temos a foto dele. Não, deve... Certamente, ela existe aqui no DOPS.

Esta biografia grande que é feita dele desenvolve um pouco mais da história política dele e da presença dos pais em todos os momentos do apoio que eles fizeram a ele e ela termina pedindo, falando que “é sempre irreparável a morte para os familiares, mais ainda quando se trata de jovem de 24 anos, assassinado nas condições mais bárbaras para o ser humano. É duplamente irreparável quando é uma perda para o país. A vocação pública de Hélcio, sua inteligência e espírito crítico demonstrados precocemente a partir dos 11 anos o tornaram responsável pelo ideal político mais sublime de superar as injustiças sociais e construir uma nação fraterna. Triste governo que mutila o principal patrimônio do povo, consumindo lideranças que estariam aqui entre nós nesta hora dramática dando de si o máximo para enfrentar os desafios.

A família, em nome da lembrança querida de Hélcio, e representando a cidadania, espera que a Comissão Especial, Lei n.º 9.140, proceda as investigações complementares a partir dos indícios, aqui listados, para que se reconstitua a verdade da prisão e da morte do Hélcio, sejam identificados os responsáveis pela tortura e morte de Hélcio no DOI-CODI do Rio de Janeiro e São Paulo, que seja refeito o laudo de exame de corpo de delito, exame necroscópico.”

Isso até hoje não foi feito. Não houve agora... Eu faço minhas as palavras da Alice Pereira Fortes e do José Ovídio para pedir para a Comissão Nacional faça essa investigação e que através de vocês esse apelo seja reforçado.

Nós fomos até onde nós tínhamos condições de ir. Na época, a primeira informação que nós tivemos sobre o fato do Hélcio ainda estar preso é com documentos oficiais foi lá no arquivo do DOPS do Paraná. Foi o primeiro arquivo que eu entrei, na época da Comissão Especial de Investigação. Eu fui lá com o Governador Requião, que foi o segundo a abrir os arquivos, mas foi o primeiro arquivo mais integrado que a gente viu. Eu fui lá com a Amelinha. Ele nós recebeu, inclusive na casa dele para almoço. E no dia em que eu fui com ele lá ele quis olhar se tinha alguma coisa a meu respeito. E lá tinha um depoimento do Hélcio dizendo que eu já estava no país junto com Luiz Eurico. Eu levei um susto enorme porque é muito difícil a gente ver alguma coisa, quer dizer, palpar alguma coisa sobre a sua vida quando algum companheiro já está morto.

Depois, em São Paulo, a gente localizou extensos depoimentos dele. Extensos depoimentos, o que significa também que ele estava lutando pela vida. Ele foi interrogado, há depoimentos, dias e dias, então, no mínimo uma semana. Se ele foi preso no dia 22 e a notícia da morte saiu no dia 30, como se tivesse ocorrido no dia 28, dentre... É óbvio, que ele durante esse período ficou tentando lutar por viver e dando as informações que ele considerou que poderiam ajudá-lo a viver. E isso não aconteceu.

Depois da Lei n.º 9.140, a gente não avançou nesta investigação desses casos especificamente. Então, acho que é fundamental tentar ver se no arquivo do DOPS aqui tem alguma outra informação sobre o Hélcio. Se tem as fotos originais dele morto. Ele leva um tiro no olho, que vaza o olho dele de cima para baixo, leva um tiro no olho que sai pela mandíbula. Então, evidente que é de cima para baixo. Então, um dos olhos deles... Acho que ele nem tem, acho que foi arrancado o olho. Não sei se pelo tiro ou se já tinha sido extraído antes, mas eu acho que pela Dona Alice, por todos nós, nós temos que fazer essa investigação e tentar avançar. Não sei se a Darcy quer colocar mais alguma coisa porque ela é a testemunha da prisão do Hélcio.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Em relação ao Hélcio Pereira Fortes eu já prestei um depoimento aqui e gostaria de reiterar um pedido....

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Fala mais perto.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Sobre a data real em que ele foi assassinado. Consta a morte dele como sendo dia 28 de janeiro de 1972. Isso não é verdade. No dia 28 de janeiro nós dois estávamos sendo transportados do Rio, da Guanabara para São Paulo. Eu queria ressaltar uma coisa, gente, naquele tempo os tanques de combustível eram menores, os carros consumiam mais gasolina. Eu digo isso por quê? Porque posteriormente verificando documentos meus, eu vejo o seguinte: eu, Darcy, dei entrada no DOI-CODI no dia 28 de janeiro, às 16 horas. Se eu dei entrada no dia 28 de janeiro, às 16 horas, o Hélcio também porque nós fomos transportados na mesma viatura. Só que enquanto nós estávamos sendo trazidos para São Paulo, já estavam noticiando a morte dele e ele estava vivo.

Então, à noite, quando o irmão dele chega, a família chega.... Gente, ele estava vivo. A família foi lá no DOI-CODI. Eu, mais ou menos, imagino o local onde a família foi recebida.

Então, a poucos metros, 10 ou 15 metros dali, tanto o Hélcio quanto eu, nós estávamos sendo torturados. Agora, quando eu prestei este depoimento que consta do relatório da morte do Hélcio eu tinha um verdadeiro apagão na cabeça, gente, eu não lembrava mais ou menos... Eu fiz um grande esforço. Então, eu disse que ele pode ter morrido no dia 29. Ele não morreu no dia 29. Nós fomos transportados dia 28, 29 – quando eu não estava sendo torturada – dia 29, dia 30 eu ainda ouvi os gritos do Hélcio. Porque você só ouve os gritos de um companheiro quando está sendo torturado quando você não está gritando. Você ouve o grito de algum companheiro que naquele momento está sendo torturado, você só ouve quando você mesma, quando para um pouquinho com a sua tortura porque eu também estava gritando. Se eu estou gritando, eu não ouço os gritos do Hélcio. Então, por mais uns dois dias eu ouvi os gritos do Hélcio.

Depois dessa nossa vinda do Rio de Janeiro para cá, eu....

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Como foi a prisão? Eu... Como é tanta informação, recomponha a prisão no Rio. Aí aquela terrível viagem para São Paulo. Começa do começo, Darcy, por favor.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** É um pouco difícil, Adriano. Eu já dei esse depoimento aqui. Não sei se você se lembra.

Bom, eu tinha um ponto no Rio de Janeiro. Dia 25 de janeiro, meio-dia, e eu era muito rigorosa com a disciplina. Então, deu meio-dia e dois minutos eu comecei a me deslocar. Nesse momento, eu fui presa. E eu tinha treinamento. Então, antes de entrar no ponto eu fiz toda a verificação, não por uma, mas por duas vezes.

**O SR. –** Era com ele o ponto?

**A SRA. DARCY MIYAKI –** O ponto era com o companheiro. Bom, o esquema que estava montado era um esquema assim difícil de ser detectado. E aí me agarraram, me jogaram no Opala e em seguida já começaram com pontapés.

Com capuz, me puseram um capuz e aí eu cheguei em um lugar que até hoje eu não sei. Presumo que seja o DOI-CODI do Rio de Janeiro e lá eu fui... Passei pelo corredor polonês. E lá no Rio eu não fiquei em cela. Eu ia da sala de tortura, completamente nua, para a geladeira. E da geladeira eu voltava para a tortura.

Então, essa vez que eu fui presa, que foi a única, eu não fiquei em cela. Então, não sei dizer com certeza. Tudo indica que foi no DOI-CODI da Barão de Mesquita.

Posteriormente, em julho, eu ainda estava sequestrada lá no DOI-CODI, eu fui levada para o Rio de Janeiro e fui torturada pelo Capitão Roberto novamente. Gente, ele me torturou e não me fez uma pergunta. Não me perguntaram nada. E dessa vez eu fiquei em cela. Era uma cela também. A parte da frente eram grades e eu ouvia vozes de companheiros, quer dizer, eu acho que eram de companheiros, mas eu prefiro falar do Hélcio.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Então, deixe-me entender. Nesse dia, na sua primeira prisão...

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Não. Foi a única.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Não. Da sua primeira ida ao pretenso lugar, lá no Rio de Janeiro, que poderia ser o DOI-CODI, que você tinha um ponto com o companheiro e caiu. Então, quanto tempo você fica no Rio e...

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Ah, tá.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Quando você faz a viagem para São Paulo, essa viagem vocês vieram juntos... Porque o Hélcio foi preso lá no Rio junto com você ou como é que é?

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Não. Ele já estava preso. Eu sei que ele estava preso porque posteriormente eu encontrei a companheira que morava no mesmo aparelho, dando aparência de legalidade para o Hélcio. Essa companheira tinha uma filhinha de 14 meses, na época, e aí ela me relatou o que aconteceu. O Hélcio, no dia 22 de janeiro, ele deveria dar entrada no aparelho, era o prazo máximo. Nós tínhamos isso como um método. Ele teria que ter dado entrada no aparelho, olha, eu não sei o horário, mas eles tinham um horário e ele não chegou. Estavam no aparelho mais dois companheiros, o Arnaldo Cardoso e a Betty Chachamovitz. Então, o Arnaldo e a Betty fogem pulando os muros das casas. Aí, uma com a pequenininha, filha dela, não tinha como fugir. Então, ela abre a porta da casa dela e sai e é presa imediatamente.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Só para esclarecer. É Suzana falando. O Arnaldo percebe que a casa está cercada...

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Exato.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** E aí ele foge pelos fundos com a Betty. Ele vê o cerco. Então, é nesse dia 22, não se sabe as circunstâncias da prisão do Hélcio até hoje, mas, ou ele foi preso a partir da casa – que tinha um policial que morava nas redondezas – ou ele abriu o endereço da casa antes do horário, sei lá, alguma coisa aconteceu, que a polícia chega à casa, por isso que o Arnaldo e a Betty fogem pelos telhados dos fundos.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Então, aí conversando com a Ilma, isso é importante, que talvez esclareça esse ponto. Conversando com a Ilma, ela esteve presa. Ela foi presa, torturada lá no DOI-CODI do Rio de Janeiro; e quando ela é levada para a cela, tinha uma moça lá, essa moça gritava assim: “Eu matei o Hélcio, eu assassinei o Hélcio.” De onde, a gente, eu e a Ilma, passamos a considerar que talvez essa moça tenha dado o ponto do Hélcio, mas eu não posso afirmar categoricamente que tenha sido ela.

Bom, do dia 25 ao dia 28 eu fui extremamente torturada. No dia 28, pela manhã, inclusive eu estava sendo torturada quando jogaram a minha roupa e disseram “Põe a roupa!”. E me puseram um capuz e me levaram para esse local. Nesse depoimento, eu digo que era dia 27. Não era dia 27, era dia 28, o que eu comprovei através dos meus documentos. E foi o dia, dia 28, me puseram um capuz e eu vi o Hélcio encostado na parede, quer dizer, na realidade ele estava segurando o corpo dele na parede, de tão torturado que ele estava. E nós dois fomos conduzidos juntos para São Paulo. Eu fui no banco da frente, entre dois – o motorista e um policial, no banco traseiro tinha três policiais e o Hélcio estava no “chiqueirinho”.

Não sei se eu respondi a pergunta, Adriano.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Darcy, deixe-me recompor aqui. E finalmente, você volta para o Rio, mas você vê... O Hélcio morreu aqui em São Paulo....

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Sim. Deixe-me falar sobre isso...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Então, fala.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Enquanto o Hélcio esteve vivo em São Paulo, ele ficou na solitária lá do DOI-CODI e eu fiquei... Tinha um prédio anexo. Eu fiquei no 1º andar desse anexo.

**O SR. -** Pergunta inaudível.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Na OBAN. Eu só fui levada para solitária após a morte do Hélcio. E quando eu sou levada para a solitária, o Casadei – que era o carcereiro – diz o seguinte: “Daqui saiu um presunto fresquinho”, que eu deduzi ser o Hélcio porque a partir de então eu não mais ouvi os gritos dele.

Então, eu acho que o Hélcio deve ter morrido no dia 30 ou 31 de janeiro e para mim ele morreu com alguma hemorragia interna e ele deve ter morrido realmente na solitária. Agora, dedução minha. Eu não tenho prova disso.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Eu posso fazer uma pergunta, que é fora do caso do Hélcio, mas é que 30 de... É Suzana Lisbôa fazendo uma pergunta. No dia 30 de janeiro de 1972 desaparece no Rio de Janeiro a Ísis Dias de Oliveira e o Paulo César Botelho Massa.

Nessa data, você não tinha voltado ao Rio?

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Não.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Mas a Ilma estava presa ainda? Você sabe disso? Ou nós vamos ter que procurar a Ilma para ver se ela tem alguma informação da Ísis e do Paulo Massa, que a data da prisão deles é essa.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Eu acredito que sim porque, veja, se ela caiu, se ela foi presa do dia 22 para o dia 23 e ela permaneceu uns 10 ou 15 dias presa no DOI-CODI, de 22 de janeiro, daria dia 2 de fevereiro. Não é isso?

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** O desaparecimento da Ísis Dias de Oliveira e do Paulo César Botelho Massa é no dia 30 de janeiro.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Então. Fazendo os meus cálculos, eu acho que a Ilma – pelo menos, até o dia 2 de fevereiro – ela estava no DOI-CODI.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Você não esteve com ela lá?

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Com a Ilma?

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** É.

**A SRA. DARCY MIYAKI –** Não vi a Ilma. Eu não vi absolutamente ninguém. Entre o dia 25 e o dia 28 eu não vi absolutamente ninguém. Eu ia da sala de tortura para a geladeira. Da geladeira para tortura. A única pessoa que eu vi, foi no dia 28, quando me dão a minha roupa, colocam o capuz, e eu vejo o Hélcio encostado na parede. E no dia 28 nós fomos transportados para São Paulo.

A segunda vez que eu voltei ao Rio de Janeiro eu acho que foi em junho, mais ou menos. Maio ou junho. Até hoje eu não entendo. Simplesmente, fui torturada sem uma pergunta. Não me perguntaram nada. Não sei se esclareci.

**A SRA. SUZANA LISBÔA –** Eu vou pedir ao deputado para não apresentar o caso hoje do Helbert José Gomes Goulart porque nós temos que comparecer mais cedo na audiência na 9ª Vara Federal de São Paulo, onde está sendo apurado o desaparecimento do Edgar de Aquino Duarte e é o primeiro processo criminal que, felizmente, três assassinos torturadores estão sofrendo: Carlos Alberto Brilhante Ustra, Carlos Augusto Metralha e o Singillo.

Então, como ontem houve uma manifestação dos partidários deles ali na frente, de forma muito agressiva inclusive, contra nós, nós queremos chegar mais cedo e não podemos perder esse julgamento, esse dia histórico para todos nós que foi o dia de ontem.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Então, agradeço a presença de todos. Eu acho que essa audiência do Hélcio a gente precisava retomar porque ninguém tem ideia... Não ficou clara a importância dele, da trajetória dele, da biografia.

Bom, sem mais delongas, agradeço a presença de todos.

A sessão está encerrada.

\* \* \*